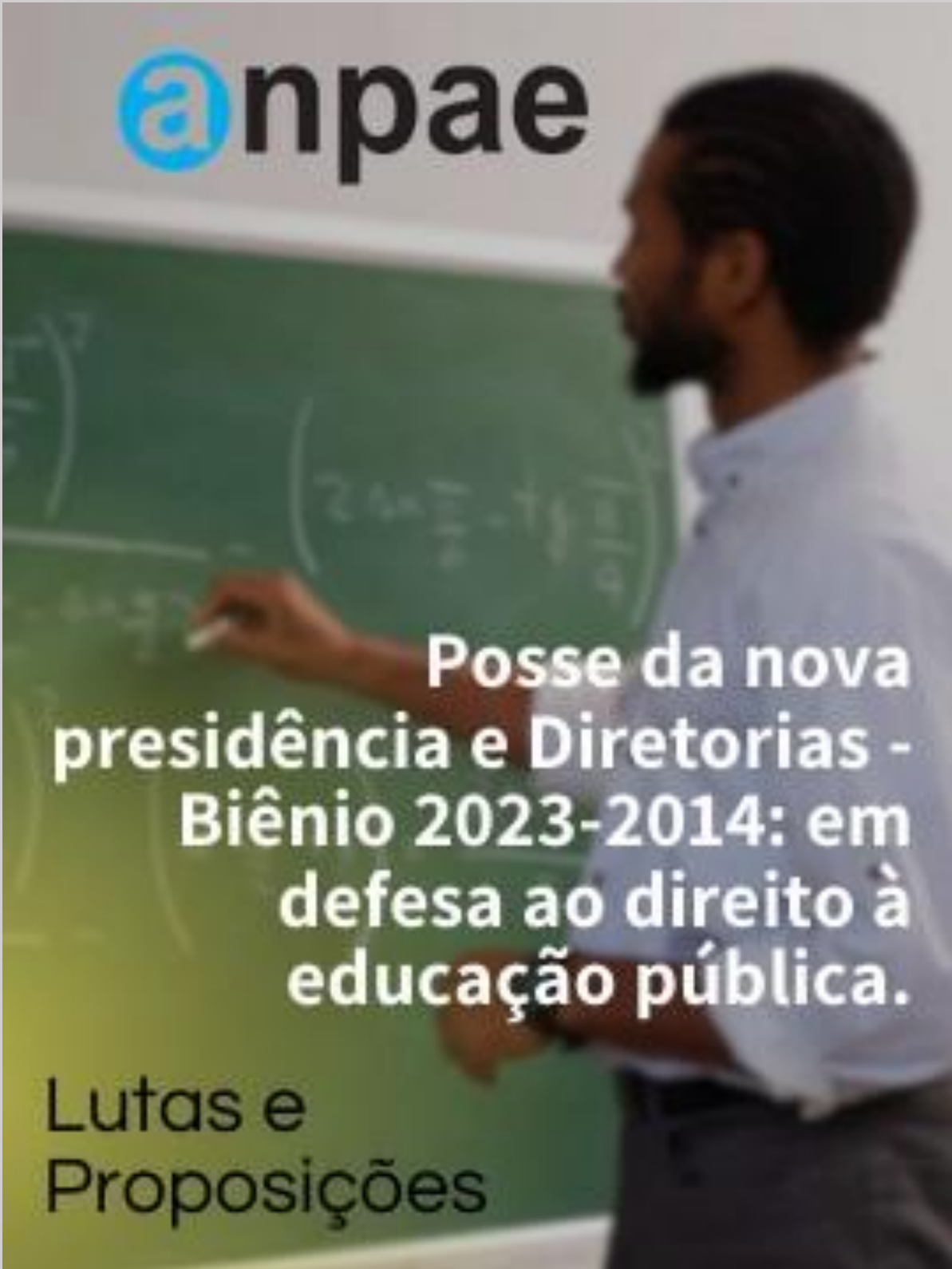




@npae



**Posse da nova
presidência e Diretorias -
Biênio 2023-2014: em
defesa ao direito à
educação pública.**

Lutas e
Proposições

DISCURSO POSSE GESTÃO ANPAE BIÊNIO 2023-2025

ANPAE de lutas e resistência propositiva!

Goiânia, 19 de maio de 2023

Quase nenhuma ação humana tem por sujeito um indivíduo isolado. O sujeito da ação é um grupo, um 'Nós', mesmo se a estrutura atual da sociedade, pelo fenômeno da reificação, tende a encobrir esse 'Nós' e a transformá-lo numa soma de várias individualidades distintas e fechadas umas às outras. (GOLDMAN, 1947)

Boa noite a todos/as presentes a essa solenidade de Posse da gestão da Anpae biênio 2023-2025. Hoje é um dia muito especial pois apresenta-se como movimento que se articula ao processo histórico de construção coletiva e de consolidação de nossa entidade cuja trajetória é demarcada por lutas, proposições e compromisso com a educação pública, popular, gratuita, com gestão pública, democrática, inclusiva e de qualidade social.

Inicialmente, agradeço a participação de todos/as, de forma remota ou presencial, incluindo as autoridades e convidados presentes, amigos e meus familiares, em especial a minha mãe Ana Olina Dourado.

Agradeço a Reitoria do Instituto Federal de Goiás e toda a sua equipe por nos receber aqui, a comissão organizadora desta posse.

Agradeço ao Companheiro e amigo Romualdo Portela de Oliveira e toda a equipe de gestão que se encerra, bem como aos Ex Presidentes, aqui presentes, Márcia Angela da Silva Aguiar, Maria Beatriz Luce e João Ferreira de Oliveira, pelo trabalho de dedicação e compromisso com a Anpae; aos anpaeanos/as que deram o seu voto de confiança à nossa proposta coletiva para a gestão da Anpae no biênio 2023-2025, às vice Presidentes que compuseram a chapa conosco, as candidatas eleitas para o Conselho Fiscal, bem como, ao candidato eleito para a suplência deste conselho, aos/as candidatos/as eleitos/as para Diretor(a) e Vice Diretor(a) das Seções Estaduais e Distrital da Anpae; aos Diretores e as diretoras que aceitaram o nosso convite para compor a gestão da Anpae; Agradeço a comissão eleitoral composta pelos professores João Ferreira de Oliveira, Valdirene Alves de Oliveira e Sylvana de Oliveira Noletto que, agindo em conformidade com o Estatuto da Anpae, conduziram com zelo e seriedade todo o processo eleitoral e a posse nesta noite.

Reafirmo o compromisso desta gestão que se inicia com a rica história da ANPAE. entidade civil de utilidade pública e de natureza acadêmica no campo da política e da gestão da educação, de defesa do direito à educação de qualidade para todos/as ao longo de toda vida, por meio de sua participação na construção, execução, monitoramento, acompanhamento e avaliação de políticas e práticas de gestão democrática, alicerçadas nos valores éticos da liberdade e da igualdade, da solidariedade e da justiça social, visando à promoção da qualidade de vida humana sustentável na educação e na sociedade retomando o slogan de nossa campanha e gestão “ANPAE de lutas e resistência propositiva” para o biênio 2023-2025.

Tais compromissos requerem de nós a defesa intransigente da democracia e do Estado de direito, da vida, da ciência, da educação para todos/as visando superar os retrocessos de toda ordem, decorrentes do golpe de Estado de 2016 no país, que afetaram, sobremaneira, as conquistas sociais e a ampliação desses direitos, entre eles, as políticas sociais e educacionais.

O cenário atual, com a eleição de um governo no campo democrático-popular, com os limites que se interpõem à coalização ampla que o constitui, requer das entidades do campo educacional a atuação e o protagonismo na defesa do redirecionamento das políticas e da gestão da educação e sua efetiva democratização. Há que se insistir, de forma incisiva, na mobilização das lutas pela revogação de iniciativas retrógradas e ultraconservadoras no campo das políticas sociais e educacionais. Entende-se que um projeto democrático de nação, pautado pela efetiva garantia dos direitos sociais, dentre eles a educação, constrói-se a partir de políticas de Estado, planejamento e investimento público, garantindo-se a exclusividade dos recursos públicos para a educação pública, além de contar com a garantia de forte participação da sociedade civil.

Reafirma-se, assim, o compromisso dessa gestão em consolidar estratégias de lutas e resistências propositivas em defesa da democratização da educação pública, popular, com gestão pública, gratuita, laica, inclusiva, democrática e de qualidade socialmente referenciada.

Eixos norteadores

Tomando por base as defesas históricas da Anpae e sua participação nas lutas e proposições do Campo, em especial sua atuação no Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) e na Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE) 2022, e, mais recentemente, no Fórum Nacional de Educação em sua retomada democrática, destacamos alguns eixos de atuação a serem consolidados em todas as políticas e práticas de discussão e ação nas instâncias da Associação:

Eixo: Posicionamentos e defesas:

- das políticas públicas de Estado para a educação pública e popular, com gestão pública, laica e democrática, que garanta o acesso, a permanência e a qualidade socialmente referenciadas para toda a população;
- de uma Política de Estado para Formação de Professores/as com programas que contemplem o incentivo de estudantes desde o Ensino Médio até aqueles que garantam o acompanhamento e apoio daqueles que ingressam nas Redes de Ensino;
- de políticas de articulação entre creche e pré escolas e posicionamento contrário às políticas de inserção das crianças de 04 e 05 anos nas Escolas de Ensino Fundamental;

Eixo: Recursos e financiamento

- expansão do financiamento público da educação e cumprimento da meta 20 do Plano Nacional de Educação de ampliação do investimento público em educação pública como proporção do Produto Interno Bruto (10% do PIB);
- destinação de recursos públicos exclusivamente para as instituições públicas de educação, com acompanhamento dos Conselhos de Controle Social e Popular;
- efetiva implementação do Fundeb, para a educação pública, de modo robusto e permanente, com a materialização do Custo Aluno-Qualidade

(CAQ) como realidade e referência de justiça federativa, aliando qualidade e financiamento, preservando-se fontes orçamentárias e definição de percentuais para pagamento de trabalhadores(as)/profissionais da educação;

- destinação de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), para garantir plataformas públicas e internet de alta velocidade para todas as instituições de educação públicas do País, com garantia de acesso gratuito e formação adequada a todos/as;
- valorização e garantia de financiamento adequado para a pesquisa, a ciência, a tecnologia e à produção do conhecimento;
- repúdio a todas as formas de desqualificação e de especulação financeira financeirização, privatização, terceirização e transferência de responsabilidades do Estado na educação à iniciativa privada;
- repúdio às políticas de vouchers/subsídios na educação infantil;

Eixo: Monitoramento e controle social

- monitoramento, acompanhamento e consolidação do PNE como epicentro das políticas públicas educacionais e regulamentação democrática do Sistema Nacional de Educação (SNE);
- regulamentação e controle social do ensino privado
- garantia de controle social dos recursos, a exemplo dos conselhos do Fundeb;

Eixo: Valorização dos Profissionais da Educação e das instituições públicas

- valorização dos/as profissionais da educação (formação, carreira, salários, condições de trabalho e saúde), gestão democrática e autônoma da educação e de suas instituições, reconhecidas sempre como espaços de liberdade e de pensamento crítico, dando importância aos projetos político-pedagógicos de cada instituição educacional;
- expansão e fortalecimento da Universidade Pública e institutos públicos de educação, com consolidação de Políticas Afirmativas e de Assistência Estudantil, com recortes étnico-raciais e sociais;
- expansão dos cursos superiores, em especial aos de formação de professores/as em universidades públicas e institutos federais de educação, ciência e tecnologia, com garantia de autonomia para a elaboração de seus projetos formativos, reafirmando a necessidade da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Formação Inicial em Nível Superior e para a Formação Continuada (Resolução CNE CP 02/2015);
- revogação imediata das Resoluções CNE CP 2/2019 e 01/2020;

Eixo: Direitos, Diversidade e Dignidade

- combate sem trégua pela eliminação da pobreza, da miséria, do racismo, do sexismo, da LGBTQIA+fobia, da xenofobia, do capacitismo e todo e qualquer tipo de discriminação, preconceito, violência, intolerância e

violação de direitos, afirmando o papel da sociedade civil e da justiça civil em uma perspectiva inclusiva e democrática.

- luta contra os retrocessos de direitos e iniciativas de institucionalização da educação domiciliar, das políticas de mãe crecheiras em creches domiciliares, de militarização das escolas e de promoção da intolerância religiosa;
- combate a qualquer iniciativa de naturalização de grupos fascistas e de movimentos conservadores como “Escola Sem Partido” e suas correlatas ou as chamadas “Leis da Mordça”.

Afirmação dos objetivos e do papel da ANPAE

Ressaltando o importante papel da Anpae no campo educacional, buscar-se-á, nessa gestão biênio 2023-2025, fortalecer a atuação da entidade na discussão, proposição, monitoramento, acompanhamento e avaliação da educação, suas políticas e gestão objetivando:

- consolidar práticas associativas e de formação profissional dos/as profissionais da educação e dirigentes educacionais por meio de políticas, projetos e ações integradas, com especial destaque para os temas relativos às políticas públicas e à gestão da educação;
- realizar eventos de cooperação técnica e de intercâmbio científico e cultural, com centralidade para o Simpósio Brasileiro de Educação de Política e Administração da Educação e Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação;
- fortalecer a cooperação e o intercâmbio da Anpae com associações, organizações nacionais e internacionais de educação e congêneres;
- incentivar e apoiar os eventos regionais e estaduais da ANPAE, no sentido de fortalecer os debates e articulação entre os/as associados/as;
- estimular o desenvolvimento de projetos de pesquisa, cooperação técnica e intercâmbio científico e cultural, mediante convênios, entendimentos, acordos e cooperações com associações congêneres e instituições do país e com organizações estrangeiras e internacionais;
- consolidar a política de comunicação, disseminação e publicações da entidade, em particular, dos periódicos da Anpae: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE), Revista Educação Básica em Foco e biblioteca virtual da Anpae;
- incentivar a realização de estudos e pesquisas no campo das políticas públicas, especialmente de educação, bem como sua disseminação, estimulando a materialização de projetos que visem à socialização de estudos e de experiências inovadoras no campo da política e da gestão da educação e seus processos de planejamento, proposição e avaliação;
- incentivar o intercâmbio e trocas de experiências em projetos de estudos e formação entre diretorias estaduais, a fim de garantir políticas de formação continuada aos/às associados/as;
- apoiar iniciativas de Gestores e Instituições da Educação Básica, por meio das diretorias estaduais, a fim de fortalecer a presença da Associação entre os profissionais da educação;

- fortalecer e consolidar a participação da Anpae em fóruns educacionais democráticos e em espaços de discussão, proposição, monitoramento, acompanhamento e avaliação de políticas e de gestão da educação no âmbito da sociedade civil e política, na defesa de políticas de Estado para a educação, seus profissionais e estudantes.

Estratégias de luta

As estratégias de luta da Anpae para o biênio 2023-2025 preveem a articulação de políticas/ações/práticas visando à consolidação institucional na defesa da democracia e da retomada do Estado Democrático de Direito. Assim, lutar para a revogação das políticas de ajustes fiscais, com centralidade para a Emenda Constitucional n. 95/2016, é vital para a consolidação de políticas de Estado para a garantia do direito à educação, nos diferentes níveis, etapas e modalidades de educação/ensino, com a garantia de gestão democrática e de inclusão, resguardando o respeito e a valorização à diversidade como eixo político para a nossa atuação.

Neste processo, ressaltamos, ainda, como lutas e proposições imediatas:

- revogação das políticas, programas e ações encaminhadas pelos governos, no pós-golpe, com especial destaque para aquelas advindas das novas formas de organização e de gestão, conservadoras e excludentes e de seus processos de regulação e avaliação, cujos desdobramentos sinalizam, atualmente, para a naturalização de processos de mercantilização e de financeirização da educação;
- retomada de efetiva materialização e aperfeiçoamento do PNE, como política de Estado, incluindo a instituição do SNE, democrático e popular, bem como valorizar e reativar as lutas pelos demais planos decenais de educação (estaduais, Distrital e municipais);
- consolidação de espaços de participação social, via fortalecimento do (FNPE), do Fórum Nacional de Educação (FNE) democrático e demais fóruns educacionais (estaduais, Distrital e municipais);
- realização das conferências nacionais de educação e demais conferências educacionais (estaduais, distrital e municipais), dentre outros eventos educacionais e políticos que se fizerem necessários.

Novas proposições e reorganização

Tendo em vista os processos de articulação interna e externa na ANPAE, a fim de dar visibilidade e materialidade às ações da Associação, a gestão ANPAE de lutas e resistência propositiva propõe algumas estratégias:

- a) a criação de novas Diretorias, a fim de articular ações políticas que tenham como centralidade a incidência nas políticas públicas voltadas para assegurar a dignidade humana, Direitos Humanos e Diversidade na cidade, campo, territórios e instituições educativas;
- b) a construção de uma Política de Comunicação, Disseminação e Publicações da entidade, que otimize as demandas existentes e proponha outras que tenham interfaces com a produção, a socialização e a difusão da produção científico-política da ANPAE;

- c) proposição e efetivação de políticas, programas e ações de formação de profissionais da educação e gestores a serem implementados no país, a fim de fortalecer o processo formativo e o diálogo com os profissionais da Educação Básica e Superior;
- d) proposição de Grupos de Estudos Temáticos (GET) entre associados/as de diferentes diretorias, a fim de fortalecer o debate interno e garantir a formação continuada dos/as associados/as;
- e) proposição de Grupos de Trabalho (GT) para estudo de temas específicos da associação, a fim de produção de conteúdo/conhecimentos que alimentem os debates da associação nas diferentes Diretorias;
- f) proposição e efetivação de política de pesquisa e consolidação da produção acadêmico-científica da associação;
- g) criação de coordenações estaduais, nos estados que não possuem seções estaduais e com diretorias eleitas, visando a criação de diretorias nos Estados, destacadamente em Alagoas, Amazonas, Maranhão, Rondônia, Roraima e Sergipe;
- h) proposição da criação de um Observatório de Políticas Educacionais (OPE) e de um banco de dados (alimentados pelas Diretorias Estaduais) da Anpae, a fim de monitoramento de ações estratégicas das políticas nacionais;

Enfim, propomos por meio do diálogo e da participação consolidarmos uma gestão colegiada, democrática e transparente da Anpae a ser assegurada por meio da qualificação dos processos permanentes de participação e de escuta dos diferentes sujeitos que compõem a entidade, bem como nas ações conjuntas com os movimentos sociais e organizações da sociedade civil que se coadunam com os princípios, concepções e práticas da ANPAE.

Ao elencar estas diretrizes e proposições para a gestão biênio 2023-2025, buscamos evidenciar e dar visibilidade e transparência aos compromissos político-pedagógicos assumidos por nossa gestão, visando à consolidação democrática do país, das políticas sociais, especialmente das lutas em prol das políticas de Estado para a Educação e, certamente, dos processos e movimentos de fortalecimento da ANPAE como entidade histórica e representativa do campo educacional, alicerçada que é nos princípios de participação democrática, de liberdade, de justiça social e de defesa da Ciência, da Educação Pública, por meio de trabalho coletivo e participativo em favor de políticas e de gestão da educação democráticas e para todos/as.

Me despeço, nesta noite agradecendo uma vez mais a todos/as participantes desta solenidade de posse, ao tempo em que anuncio que um dos grandes desafios da Anpae, nesse ano, consiste na realização do XXXI Simpósio Nacional de Política e Administração da Educação, a ser realizado em Goiânia-GO, no período de 03 a 05 de abril de 2024. Nas próximas semanas, divulgaremos a programação do referido evento. Contamos com a presença de todos/as.

Um forte abraço,
Luiz Dourado